

**A extensão universitária nas instituições do ensino superior pedagógico:
uma reflexão a partir das Escolas de Magistério Primário**

*The university extension in the institutions of pedagogic higher education: a reflection
from the Primary Teaching Schools*

*La extensión universitaria en las instituciones de enseñanza superior pedagógica: una
reflexión a partir de las Escuelas de Magisterio Primario*

Fernandino João Pereira Leitão¹

Escola de Formação de Professores “Comandante Benedito”, Angola
dinoleitao1@hotmail.com

Resumo

O presente artigo aborda a problemática sobre os projectos de extensão universitária nos Institutos Superiores de Educação (ISCED) e nas Escolas Superiores Pedagógicas (ESP) em Angola. A abordagem passa pela conceptualização e entendimento sobre a extensão, sustentada por uma visão dialéctica da realidade actual dos referidos projectos desenvolvidos nestas instituições para a melhoria da qualidade da educação feita nas escolas do ensino geral. Este artigo tem por objectivo analisar a extensão numa perspectiva inversa, ou seja, a partir de iniciativas de investigação vindas das próprias escolas de magistério primário através do seu banco de problemas das esferas (pedagógico-curricular, administrativo-financeira, organizativo-operacional e comunitária), dos projectos educativos de escola e dos projectos curriculares de escola e de turma; visto que a extensão enquanto processo substantivo da universidade pressupõe uma visão de dentro da universidade para fora. Trata-se de um estudo descritiva com uma abordagem qualitativa associado a reflexão teórica. Os resultados demonstram que não se deve olhar para as escolas do magistério apenas como local de experimentação externa dos investigadores das universidades pondo de parte os professores do ensino geral que são aqueles que convivem directamente com os problemas. As considerações finais sinalizam que é importante que a própria actividade de extensão servisse para empoderar os próprios professores do ensino geral dando-lhes ferramentas científicas para que os mesmos pudessem adquirir e desenvolver competências para diagnosticar, desenhar, executar e avaliar projectos de investigação a nível interno e, neste sentido, às instituições do ensino superior pedagógico ficaria reservada a função de acompanhamento e acessoria.

Palavras- chave: Extensão, magistério primário, universidade

Abstract

This article deals with the problems of university extension projects in the Higher Education Institutes (ISCED) and the Higher Pedagogical Schools (ESP) in Angola. The approach goes through the conceptualization and understanding of the extension, supported by a dialectical vision of the current reality of the projects developed in these institutions for the improvement of the quality of education made in general education schools. The aim of this article is to analyze the extension from an inverse perspective, that is, from research initiatives coming from primary schools themselves through their problem bank in the spheres (pedagogical-curricular, administrative-financial, organizational-operational and community), school education projects and school and class curriculum projects; whereas extension as a substantive process of the university presupposes a view from within the university outwards. This is a descriptive study with a qualitative approach associated with theoretical reflection. The results show that one should not look to the teaching schools only as a place for external experimentation of university researchers, leaving aside the teachers of general education who are those who live directly with the problems. The final considerations indicate that it is important for the extension activity itself to empower teachers in general education by providing them with scientific tools so

¹ Doutor em Ciências Pedagógicas e Mestre em Atenção educativa à diversidade

that they can acquire and develop skills to diagnose, design, execute and evaluate internal research projects and, in this sense, the institutions of higher education would be reserved the role of monitoring and ancillary.

Keywords: Extension, primary school, university.

Resumen

El presente artículo aborda la problemática sobre los proyectos de extensión universitaria en los Institutos Superiores de Educación (ISCED) y en las Escuelas Superiores Pedagógicas (ESP) en Angola. El enfoque pasa por la conceptualización y entendimiento sobre la extensión, sostenida por una visión dialéctica de la realidad actual de los referidos proyectos desarrollados en estas instituciones para la mejora de la calidad de la educación hecha en las escuelas de la enseñanza general. Este artículo tiene por objeto analizar la extensión desde una perspectiva inversa, es decir, a partir de iniciativas de investigación provenientes de las propias escuelas de magisterio primario a través de su banco de problemas de las esferas (pedagógico-curricular, administrativo-financiero, organizativo-operativo y comunitario de los proyectos educativos de escuela y de los proyectos curriculares de escuela y de clase; ya que la extensión como proceso sustantivo de la universidad presupone una visión desde dentro de la universidad hacia fuera. Se trata de un estudio descriptivo con un enfoque cualitativo asociado a la reflexión teórica. Los resultados demuestran que no se debe mirar a las escuelas del magisterio sólo como lugar de experimentación externa de los investigadores de las universidades, dejando de lado a los profesores de la enseñanza general que son aquellos que conviven directamente con los problemas. Las consideraciones finales señalan que es importante que la propia actividad de extensión sirviera para empoderar a los propios profesores de la enseñanza general dándoles herramientas científicas para que los mismos puedan adquirir y desarrollar competencias para diagnosticar, diseñar, ejecutar y evaluar proyectos de investigación a nivel interno y, en este sentido, a las instituciones de enseñanza superior pedagógica quedaría reservada la función de acompañamiento y accesoria.

Palabras claves: Extensión, magisterio primario, universidad.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária deve ser vista na mesma dimensão que as duas outras (ensino e investigação) porque andam de mãos dadas. Veja-se que no ensino que se faz durante quatro anos de formação, o estudante vai adquirindo habilidades e competências para investigar e neste sentido, os resultados destas investigações devem servir para dar solução aos problemas identificados na prática, ou seja, ao fazer-se a introdução dos resultados científicos dos trabalhos de fim de curso está-se a responder ao objecto da extensão, que é sair dos limites geográficos da instituição e dirigir-se à comunidade ajudando-a a resolver os seus problemas.

No caso concreto desta abordagem, a referência está limitada a instituições do ensino secundário pedagógico e superior pedagógico, cujas alternativas de solução decorrentes das investigações pedagógicas vêm enfocadas sobretudo a melhoria da qualidade da educação em Angola.

Estas instituições têm a responsabilidade de formar professores que são por excelência os agentes dinamizadores da educação, definida pela Lei de Bases como sendo “um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem, que visa preparar de forma integral o individuo para as exigências da vida individual e colectiva” (Lei nº 17/16, de 7 de Outubro, Artigo 2º). Nesta definição realça-se a convicção do estado angolano de que é na educação aonde está depositada a maior responsabilidade e a missão de preparar os

indivíduos de maneira integral para dar resposta aos desafios da sua vida pessoal e da sociedade. Com isso facilmente se pode concluir que: se a educação falha, a sociedade também falha.

Na Lei de Bases, o sistema de educação e ensino é definido como o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais se realiza o processo educativo, tendentes à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso social (LBSEE, art. 2)

O Sistema de Educação e Ensino é unificado e está constituído por seis subsistemas de ensino e quatro níveis de ensino, que são: subsistema de educação pré-escolar, subsistema de ensino geral, subsistema de ensino técnico-profissional, subsistema de formação de professores, subsistema de educação de adultos e subsistema de ensino superior. Os níveis de ensino, são: educação pré-escolar, ensino primário, ensino secundário e ensino superior (LBSEE art. 17º).

Peculiaridades da formação de professores em Angola

Ao analisar a estruturação do nosso sistema de educação e ensino facilmente se observa que há uma separação da formação de professores do subsistema do ensino técnico-profissional. É um elemento que não deixa de ser curioso, na medida em que a formação de professores também está dentro da categoria de formação técnico-profissional, mas ao conceber-se deste modo, evidencia-se o carácter de exclusividade da formação de professores diante das demais formações; pela sua relevância e impacto na formação dos cidadãos para a construção e solidificação da sociedade que se augura.

O artigo 43º da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino define o subsistema de formação de professores como o conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, disposições e recursos vocacionados à preparação e habilitação de professores e demais agentes da educação para todos os subsistemas de ensino. A sua estrutura apresenta-se dividida em a) ensino secundário pedagógico, realizada em Escolas de Magistério; b) ensino superior pedagógico, realizada nos institutos e escolas superiores de ciências da educação.

O ensino secundário pedagógico é o processo através do qual os indivíduos adquirem e desenvolvem conhecimentos, hábitos, habilidades, capacidades e atitudes que os capacite para o exercício da profissão docente na educação pré-escolar, no ensino primário e no I ciclo do ensino secundário regular, de adultos e na educação especial, mediante critérios, o acesso ao ensino superior pedagógico (art. 46º). É de lei, que é nos magistérios aonde se formam os profissionais capacitados para o desenvolvimento da educação nos primeiros níveis de ensino até ao primeiro ciclo do secundário.

O ensino superior pedagógico é um conjunto de processos, desenvolvidos em Instituições de Ensino Superior vocacionadas a formação de professores e demais agentes de educação, habilitando-os para o exercício da actividade docente e de apoio a docência em todos os níveis e subsistemas de ensino.

Neste sentido é importante compreender que o ensino superior pedagógico ministrado nas Escolas Superiores Pedagógicas e nos Institutos Superiores de Ciências da Educação devem servir para dar continuidade a formação dos professores iniciadas no secundário já que o ensino secundário pedagógico funciona como viveiro que sustenta o ensino superior pedagógico, pelo que deve ser nas instituições do ensino superior pedagógico aonde em primeira instancia se deve buscar as soluções para os diferentes problemas que afectam a formação de professores e por extensão a educação de maneira geral, em todas as vertentes desde a gestão macro e meso do sistema, assim como no nível micro (escolas) de maneira integral aonde se deve incluir todas as esferas (pedagógico-curricular, administrativo-financeira, organizativo-operacional e comunitária).

Numa altura em que se levantam vozes no nosso círculo académico angolano sobre a pretensão de encerrar todas as escolas de magistério, ou seja, existem correntes que defendem a eliminação do ensino secundário pedagógico, cuja pretensão nos dias que correm já foi materializada pelo executivo através do Decreto Presidencial nº 205/18, de 3 de Setembro que aprova o Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente onde se prevê efectuar a transição progressiva, até ao ano de 2027, de todos os cursos de formação inicial de professores para o ensino superior pedagógico. Este facto vai obrigar alterar a lei de bases que estatui os dois subsistemas (ensino secundário pedagógico e o ensino superior pedagógico).

Porém, é importante olhar para os riscos que uma medida desta natureza poderá causar sobre a taxa de matrícula no ensino superior pedagógico. Num país como o nosso onde a taxa de analfabetismo é ainda considerada alta, associado ao facto de que a taxa de natalidade continuará numa tendência crescente, é importante considerar que durante os próximos anos ainda assistiremos à uma necessidade premente de aumentar as salas de aulas e por via disto o número de professores para equilibrar o rácio aluno/professor que ainda é desproporcional.

Existem realidades, a título de exemplo a República de Cuba, onde se experimentou a dura realidade da falta de candidatos ao ensino superior pedagógico durante um período prolongado, pela decisão que haviam tomado de eliminar o ensino secundário pedagógico. Esta realidade, obrigou-os a reconsiderar a decisão e reabrir as escolas de magistério, que funcionam como grandes centros vocacionais para o ingresso à profissão docente, assim como local de formação inicial de professores para responder de maneira rápida a demanda das escolas.

O exemplo ora apresentado deve servir-nos de referência para aprender com os erros dos outros, sobre decisões que experimentadas em outras latitudes resultaram em iniciativas fracassadas, geradoras de estrangulamentos na cadeia formativa dos profissionais da educação que neste caso concreto ao invés dos actuais 8 (oito) anos para fazer o ciclo total (secundário e superior) teria unicamente quatro anos (superior) para a consolidação da sua formação integral como professor. É verdade que devemos reconhecer que a sua profissionalização não se faz apenas ao nível do académico, mas também de maneira contínua em outras modalidades como a formação em serviço, os treinamentos pedagógicos, as pós-graduações, os cursos profissionalizantes, etc., mas que as mesmas resultariam opcionais. Sendo que a formação resultante do ensino secundário pedagógico e do ensino

superior pedagógico é esta que tem o carácter sistémico e sistemático baseada num currículo concreto definido desde o secundário ao superior.

Os trabalhos de fim de curso como exercício prático de projectos individuais de extensão universitária

É das Escolas Superiores Pedagógicas e dos Institutos Superiores de Educação que se espera vir a receber contribuições valiosas para o aperfeiçoamento da educação das nossas escolas do ensino secundário pedagógico. Estas propostas poderão sair de projectos de investigações decorrentes da extensão universitária institucionalizada, requerendo de quem propõe títulos elevados e requisitos de investigador, por vezes, com exigências muito altas.

Neste sentido, a critério do autor deste artigo, os projectos de investigação resultantes dos trabalhos de fim de curso são importantes mecanismos, ou seja, cada trabalho de fim de curso deve representar um exercício prático de extensão universitária nas nossas instituições de ensino superior, sempre e quando se tem a preocupação de se introduzir os resultados na prática.

Deste modo, os resultados destas investigações não ficariam engavetados para sempre, ou a espera, de um projecto concreto de extensão com financiamento e acções algo complexas e alargadas, mas os mesmos serviriam para dar respostas pontuais a problemas da prática educativa que viriam a converter-se em respostas práticas aos problemas da comunidade e da escola.

A perspectiva actual que se tem sobre as fases da investigação é superada pela nova visão dada por Beatriz Castellanos (2009, p. 32)

O modelo clássico utilizado tradicionalmente para explicar o processo investigativo, partindo de quatro etapas (planificação, execução, avaliação e comunicação de resultados), resulta insuficientes para compreender em toda a sua complexidade o desenvolvimento do conhecimento humano, porquanto desconhece o elo da prática, partindo da planificação sem ter explorado a realidade, e culminando com a elaboração do relatório, sem contemplar a aplicação dos resultados.

Com respeito ao antes exposto, pode-se compreender que dentro de uma abordagem mais actualizada da investigação educativa, defende-se a necessidade de se ter em conta mais duas fases dentro deste processo, ou seja, uma primeira abordagem antes do ponto 1 (planificação) que daria lugar à exploração da realidade mediante um diagnóstico exaustivo possibilitando a caracterização do contexto, e também dentro das tarefas próprias da investigação incluir mais uma fase depois do ponto final (comunicação dos resultados) que seria a introdução de resultados na prática.

Neste sentido, a problemática relativa a sua aplicação, não se insere no livre arbítrio ou na boa vontade de quem lê ou tem interesse pelo trabalho, mas numa actividade consciente, sistemática e planificada pelo próprio investigador que deste modo poderá ir

reavaliando seus resultados para os retroalimentar e aperfeiçoar cada vez mais, entendendo o referido processo como inacabado e, portanto contínuo devido a dinâmica própria dos fenómenos sociais.

Tudo isto nos remete a uma reflexão de que é necessário cambiar e actualizar a visão que se tem dos trabalhos de fim de curso, deixar de considerá-los como meros instrumentos avaliativos como requisito para a obtenção do título de licenciado, mas sim como verdadeiros exercícios de investigação educativa, posição esta que é corroborada por Garcia e Addine (2009, p. 150) que afirmam “A investigação pode ser considerada um processo para reunir e analisar os dados que sustentam o conhecimento científico”.

Neste sentido, pode-se afirmar que dos trabalhos de fim de curso se obtêm efectivamente resultados científicos, visto que apresentam dados saídos da prática educativa e que foram alcançados mediante a aplicação do método científico, ou seja, corrobora-se com a ideia de que a investigação desenvolvida pelos estudantes finalistas das Escolas Superiores Pedagógicas e dos Institutos Superiores de Educação por “implicar a busca de conhecimento e verdades que permitam descrever, explicar, generalizar e prever os fenómenos da natureza, a sociedade e o pensamento” (Garcia e Addine, 2009) que neste caso particular está direccionado a educação, visa a melhoria da prática educativa desenvolvida nas nossas escolas.

A investigação científica a partir das escolas do ensino secundário pedagógico

Dos elementos expostos anteriormente, nos remetem a uma perspectiva da universidade entrar na escola do ensino geral e apresentar soluções aos problemas internos da escola.

Esta perspectiva, por vezes, obstaculiza a investigação por parte dos professores que se encontram em efectivo serviço nas instituições do ensino geral, como afirma Justo Chavéz ao apresentar alguns factores desta natureza:

- Não é costume envolver os professores e os alunos na investigação do sistema educativo, apesar de serem eles os maiores conhecedores do sistema. Apenas devem participar como amostras, mas não como executores essenciais do desenvolvimento da investigação.
- Pouca preparação do professor em matéria em matéria investigativa. Este critério depende do lema que tem prevalecido tradicionalmente: o professor deve educar e não investigar.
- A excessiva institucionalização da actividade investigativa, assim como a relativa monopolização deste trabalho nas mãos de profissionais ou de investigadores categorizados.
- Levar a cabo a investigação do processo educativo, geralmente desde uma posição externa ao mesmo processo e aos que participam directamente nele, assumindo-se soluções sociais, globais, dos problemas educacionais e aludindo ao estudo - diagnóstico- e a solução dos problemas concretos que afectam o processo docente de maneira directa (Chávez, 2009, p. 52).

A visão de que a investigação é um privilégio dos académicos universitários, não corresponde a uma verdade absoluta, uma vez que dentro do ensino geral, refiro-me especificamente as escolas de magistério, também existem professores com o grau científico de doutor, que ao estar integrado no ensino secundário pedagógico servem de grande valia para dar respostas a questões como:

- Construir uma visão científico-académica a partir de onde se produzem os fenómenos por ser um interveniente directo do processo, facto que possibilitará uma melhor observação participante e a aplicação directa das várias alternativas de soluções para medir os seu grau de efectividade;

- Elaborar conteúdos com rigor científico, adaptado a realidade do aluno e ao contexto de ensino, enriquecendo os manuais propostos pelo Ministério, tendo por base a sua linha de investigação;

- Sistematizar os vários conteúdos e experiências realizadas em sala de aula usando para o efeito o método produto da actividade convertendo-se em produção científica do professor;

- Conduzir o trabalho metodológicos com base em critérios cientificamente aprovados de forma pedagógica e didáctica, contribuindo assim na formação em serviço dos seus colegas;

- Actuar como formador dos seus colegas em seminários de capacitação interna nas escolas, com uma abordagem contextualizada, uma vez que é conhecedor da realidade concreta das necessidades de formação dos mesmos;

- Coordenar e participar em equipas encarregadas de avaliar o desempenho académico dos alunos em concursos e olimpíadas do saber, assim como o desempenho profissional dos professores e demais agentes da educação para efeitos de promoção e ou atribuição de distinções ou méritos laborais na escola;

- Representar a escola em eventos científicos como congressos, workshops, jornadas científicas, etc. apresentando trabalhos de investigação produzidos na escola, aonde se trabalham problemáticas científicas e se apresentam possíveis soluções para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

- Coordenar os outros professores que leccionam a mesma disciplina e desempenhar-se como formador dos mesmos, contribuindo com bibliografia especializada sobre a disciplina, orientações metodológicas, etc;

- Coordenar e/ou fazer parte de equipas de docentes para redesenhar ou desenhar os currículos e programas, assim como na elaboração de projectos curriculares de turma e de escola;

- Propor a direcção de escola bibliografias especializadas e actualizadas para enriquecer o acervo da biblioteca da escola;

- Auxiliar a direcção da escola na elaboração de relatórios científico-didáctico-metodológico com propostas que contribuam para a melhoria processo de ensino-aprendizagem a fim de serem encaminhadas aos órgãos competentes da administração do sistema para a sua generalização e introdução à prática educativa no país;

- Mediante o trabalho científico-metodológico e docente- metodológico assessorar os outros professores da escola com uma qualidade superior e amplas expectativas a partir da atenção educativa à diversidade;

- Desenhar, planificar, executar e assessorar investigações pedagógicas (projectos pedagógicos e educativos) em áreas de conhecimentos relacionadas com o aperfeiçoamento permanente das disciplinas a leccionar.

Neste sentido ao serem identificadas valências investigativas nas escolas do ensino geral, a atitude dos investigadores universitários deve ser na perspectiva de colaboração e não de subalternização de uns em relação a outros. Através da conjugação de esforços comuns numa visão de parceria, os investigadores externos das instituições do ensino superior e os internos das escolas de magistério irão obter melhores resultados, visto que a partir daqueles que convivem directamente com os problemas poderão obter dados e elementos de referência mais concretos para enriquecer as propostas de soluções aos mais variados problemas identificados.

Outrossim, é de importante relevância considerar igualmente, a perspectiva de formar os professores do ensino geral com o nível de licenciados e mestres com competências científicas para a investigação, visto que o docente como investigador poderá assumir as seguintes posições:

- Colaborador de uma equipa de investigadores especializados.
- Investigador directo do seu próprio processo de ensino-aprendizagem.
- Aplicador do método investigativo como parte essencial da estratégia metodológica que utilize para o desenvolvimento do conteúdo do programa que leccionam. (Justo Chávez, 2009, p. 52).

Torna-se necessário igualmente aclarar que esta visão de afastar os professores do ensino geral das funções investigativas não é um problema exclusivo do sistema de educação e ensino de Angola, visto que ao nível da comunidade académica universal, subsistem diferentes apreciações a este respeito, como afirma Gilberto Garcia

[...] existem duas tendências manifestas ao considerar as funções do educador. Por um lado estão os que defendem a formação de um professor que inclui nas suas funções profissionais a investigação e, por outro, os que consideram que deve existir a preparação de um investigador para a educação que desde fora realize todas as acções científicas. Na actualidade cada vez com maior força nos nossos países defende-se a primeira concepção, tanto na teoria como na prática

pedagógica. Alcançar esta aspiração requer de uma preparação contínua que integre a formação investigativa na graduação e na pos-graduação (Garcia, 2011, p. 11).

Deste modo, ao empoderar os professores com métodos científicos para a sistematização, modelação e a triangulação de ideias teóricas e práticas, combinando com técnicas e instrumentos de recolha e tratamento da informação como portefólios, cadernetas, cadernos de anotações, cadernetas, blocos de anotações, cadernos de planificações, etc. poderão a partir da análise produto da sua actividade mediante a sua produção intelectual proporcionar ao sistema de educação e ensino contribuições valiosas para o seu aperfeiçoamento. Perspectiva esta, que coloca o professor do ensino geral como um profissional da educação que possui um saber experiencial e que também é produtor de conhecimentos.

Ora, vejamos que se a iniciativa da investigação dum problema identificado nas escolas de magistério sair de si, ou seja, de dentro da própria escola há a possibilidade de uma maior e melhor sustentabilidade na aplicação das propostas de solução, uma vez que os projectos de investigação têm períodos estipulados de início e de conclusão. Mas é necessário considerar que a dinâmica dos problemas sociais demanda igualmente uma perspectiva de aperfeiçoamento contínuo e, que se torna ainda mais evidente se entendermos que a escola funciona como um organismo vivo e portanto cambiante, acompanhando sempre as mudanças da sociedade em todas as suas dimensões: sociais, políticas, económicas, culturais, tecnológicas, demográficas, climáticas, religiosas, etc.; neste sentido os membros da própria escola poderão continuar a implementar e a dinamizar acções visando um aperfeiçoamento contínuo dos seus processos e da aplicação de iniciativas inovadoras, já que a inovação é uma necessidade constante em todas as organizações sociais.

O envolvimento dos gestores da educação nas acções de extensão universitária

Outro elemento de indispensável consideração é a necessidade de envolver os líderes das escolas nos esforços tendentes a uma maior abertura das instituições do ensino secundário pedagógico às questões de investigações científicas, o que vai requer também uma adequada formação dos directivos das escolas em matéria de investigação porque são eles as autoridades máximas das escolas que podem promover ou desencorajar toda iniciativa nesta direcção. Tal como afirma Eva Escalona e outros (2011, p. 96),

Isto explica a necessidade de que os profissionais e gestores educacionais, desde a sua formação inicial, dominem a metodologia da investigação educativa; instrumentos para a valoração crítica, reflexiva e estratégias das nossas concepções, atitudes e práticas, para a inovação e experimentação de possíveis soluções e respostas científicas aos desafios, conflitos e tensões do desenvolvimento social relacionado com a educação, a formação e o desenvolvimento dos seres humanos e grupos sociais. Trata-se de desenvolvermos uma atitude favorável à investigação educativa, inserindo-a no nosso modo de actuação profissional.

Ou seja, os esforços virados ao empoderamento dos agentes da educação em matéria de investigação no ensino secundário pedagógico não se deve limitar aos professores, mas também ser extensivo aos directivos das escolas, visto que sem o concurso e participação dos mesmos será muito provável que se encontrem barreiras para entrar na escola, uma vez que, os mesmos ao não entenderem a necessidade deste processo para o aperfeiçoamento da educação não poderão demonstrar sensibilidade e disposição para cooperar com iniciativas do género.

A superação profissional como exercício prático de acções de extensão universitária

O antes exposto, levará a consideração de uma extensão universitária na perspectiva de levar a escola do magistério para dentro das instituições do ensino superior, através da promoção de acções de formação científica aos professores do ensino geral e directivos de escolas mediante acções dirigidas como agregações pedagógicas, cursos intensivos de investigação científica, avaliação institucional, etc.

É necessário que as instituições do ensino superior pedagógico, assumam uma verdadeira postura de catalizador e elemento de suporte ao ensino secundário pedagógico. Não é compreensível como em províncias aonde existem instituições do ensino superior pedagógico os cursos de superação profissional, denominados como seminários de capacitação dirigidos a professores e directivos de escolas sejam ministrados por indivíduos que recebem uma formação de cinco dias para depois servirem de multiplicadores aos seus colegas numa perspectiva de reprodução unicamente.

Em outras realidades académicas estas formações são ministradas pelas instituições de ensino superior, visto que é a universidade que cabe dar resposta a estas demandas. Não é correcto que as instituições de ensino superior fechem-se em si mesmas, mas sim devem levar as instituições do ensino secundário pedagógico para o seu interior, numa visão de extensão universitária inclusiva e integradora.

Toda esta perspectiva irá desenvolver uma estratégia de intervenção mais directa das instituições de ensino superior pedagógico nas escolas do ensino secundário pedagógico que possibilitará a actualização permanente das necessidades de aprendizagem por parte dos agentes da educação no seu todo, cujos cursos de superação poderão vir a dar origem a cursos de pós-graduação profissionalizantes e de especializações, assim como também poderão vir a evoluir para cursos académicos como mestrados.

Do antes exposto, o autor deste artigo é de critério que estes cursos dirigidos ao aperfeiçoamento profissional e humano dos já graduados constituem também acções de extensão universitária porque ultrapassa a perspectiva de ensino unicamente e se destina sobretudo, a dar solução prática a problemas pontuais da sociedade e que são resultados de acções de investigação através de métodos empíricos e instrumentos de pesquisa para a determinação das necessidades de aprendizagens dos formandos.

CONCLUSÕES

Os trabalhos de fim de cursos defendidos pelos estudantes das Instituições do Ensino Superior Pedagógico constituem referências particulares de projectos de extensão sempre que se tem a preocupação de se fazer a introdução dos seus resultados na prática educativa das nossas escolas.

As Instituições do Ensino Superior Pedagógico devem trabalhar para identificar potenciais investigadores nas Escolas do Ensino Secundário Pedagógico e formá-los para que os problemas das escolas sejam identificados e solucionados a partir de dentro das próprias escolas.

No desenvolvimento dos projectos de extensão da instituições do ensino superior pedagógico os professores doutores (investigadores) das escolas de magistério devem constitui-se em parceiros das investigações e não serem apenas consultados como amostras nas mesmas.

Os projectos de extensão direccionados as escolas do ensino secundário pedagógico devem ser resultantes sobretudo do banco de problemas identificados nos processos de diagnósticos institucionais pelos próprios membros das escolas, do projecto educativo da escola, do Projecto curricular de escola e de turma, e não apenas resultados da observação e/ou da identificação dos investigadores externos provenientes das instituições do ensino superior.

A visão de sustentabilidade deve estar alinhada a perspectiva de aperfeiçoamento contínuo decorrente da inovação.

A extensão enquanto processo substantivo das universidades deve ser cada vez melhor fundamentado para constituir-se em um verdadeiro instrumento de democratização do conhecimento científico na nossa sociedade e o resultado prático daquilo que se faz dentro dos muros das instituições de ensino superior e, assim servir de elo de ligação entre a universidade e a comunidade.

Referências

- Boaventura, J. (2013). *Como conceber as mudanças na escola: reforma e inovação*. Luanda: EAL-Edições de Angola.
- Castellanos, B. (2009). *Etapas de la investigación educativa*. In *Selección de lecturas de metologia de la investigación educativa*. La Habana: Pueblo y Educación.
- Chávez, J. (2009). *La investigación científica desde la escuela*. In *Selección de lecturas de metologia de la investigación educativa*. La Habana: Pueblo y Educación.

García Batista, G. (2011). *Investigación interdisciplinária en las ciências pedagógicas*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación.

Ima-Panzo, J. (2018). *Extensão universitária em Angola: tendências, acções e projecções*. Luanda: Mayamba.

República de Angola (2018). Decreto Presidencial N° 205/18: *Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente*. Diário da República, Luanda: I Série-N° 135 de 3 de Setembro.

República de Angola. (2016). Lei N° 17/16: *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino*. Diário da Republica, Luanda: I serie - N° 170 de 7 de Outubro.

Tardiff, M. (2012). *Saberes docente e formação profissional*. Rio de Janeiro: Vozes.

Recebido em 29 de Março de 2019

Aceite em 14 de Abril de 2019

Publicado em 23 de Maio de 2019